



# Outras casas, outras leis – entrevista com Nair Jane de Castro Lima

Other houses, other laws – interview with Nair Jane de Castro Lima

*Entrevista realizada por Victor Hugo Criscuolo Boson<sup>1 2</sup>*

## RESUMO

Mulher, negra, trabalhadora doméstica durante décadas e liderança sindical atuante, Nair Jane de Castro Lima representa muitas agências, do passado e do presente, da classe trabalhadora brasileira. Em meio ao turbilhão de uma conjuntura marcada pela crise sanitária mundial do SARS-CoV-2, a entrevista transcende aspectos do contexto imediato ao buscar um ponto narrativo sobre os horizontes de experiência do movimento de luta das trabalhadoras domésticas no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicalismo. Trabalho doméstico. Interseccionalidade. Direitos trabalhistas. Nair Jane de Castro Lima.

## ABSTRACT

As a black woman, a former domestic worker with decades of experience, and an active union leader, Nair Jane de Castro Lima represents several sectors of the Brazilian labouring class, both of the past and the present. Amid the turmoil brought on by the SARS-CoV-2 global health crisis, this interview goes beyond the aspects of the current scenario by seeking to establish a narrative within the parameters of the realities experienced by domestic workers throughout the course of their fight for rights in the country.

**KEYWORDS:** Trade unions. Domestic work. Intersectionality. Labour rights. Nair Jane de Castro Lima.

\* \* \*

O processo de inserção das trabalhadoras domésticas no campo de proteção da lei trabalhista brasileira foi marcado por disputas e tensões que se arrastam no tempo. Em relação às conquistas, um paradoxo é inevitavelmente constatado: apesar dos avanços em direitos obtidos pelas

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Porto Seguro/BA, e Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [victorboson@gmail.com](mailto:victorboson@gmail.com)

<sup>2</sup> A transcrição da entrevista foi realizada por Jade Castro (possui Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (com ênfase na Área de Concentração 'Estado, Sociedade e Participação Cidadã'), pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), campus Jorge Amado. Membro do grupo de pesquisa em Direitos, Pessoas e Tecnologias (DIRPET/CNPq) e do Coletivo AFRO(en)CENA).

mulheres brasileiras, profundas têm sido as dificuldades históricas de inserção das trabalhadoras domésticas no campo de proteção trabalhista.

Conforme apontam recentes pesquisas (BRASIL, 2019), o trabalho doméstico no Brasil é caracterizado como atividade tipicamente precarizada, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e mais suscetível a assédios. Mais de 6 milhões de brasileiros estão inseridos como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros, dentre outros diversos profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, indica ainda a pesquisa, 92% são mulheres, majoritariamente composta por negras, com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

Em 2020, ano marcado por uma densa imbricação de crises, o descompasso entre a lei que garante direitos iguais e a realidade pode ser recentemente vislumbrado pelo decreto de lockdown do município de Belém, no estado do Pará, de 05 de maio de 2020, que incluiu o serviço doméstico entre os serviços essenciais que teriam permissão para operar durante a restrição ocasionada pela pandemia. O ato normativo da prefeitura de Belém permitiu abarcar, em meio a uma onda de mortes, cerca dos 200 mil trabalhadores domésticos do município que teriam que continuar indo às ruas em direção aos quatinhos de fundo mesmo com a proliferação do novo coronavírus. Se consideramos que esses trabalhadores são majoritariamente mulheres negras e de baixa renda, podemos dizer que a ação estatal comporta, além de tudo, um conteúdo racista e misógino, tirando desses corpos o direito de preservar a vida e o de cuidar de seus filhos e de suas mães. Por esses e outros motivos de ordens diversas, embora a pandemia se alastre entre todos, no Brasil ela atinge fundamentalmente a população de baixa renda, matando exponencialmente em periferias e favelas. Nas redes sociais, o prefeito Zenaldo Coutinho reforçou que o decreto permitia que as domésticas continuassem trabalhando na pandemia porque “tem pessoas que precisam, pela necessidade de trabalho essencial, ter alguém em casa”.

A obra *Casa-Grande & Senzala* nos instiga a perceber que a família, em sua tessitura socionormativa no período colonial, era ampla, composta por figuras que não necessariamente guardavam laços de sangue, como criados, escravos e agregados, sujeitados ao patriarca. A família era uma ordem própria, um poder que concorria com outros poderes. Ou, como diria Freyre, sobre a família “o rei de Portugal quase reina sem governar” (FREYRE, 1973). Apesar de muitos avanços no sentido de maior centralização e regulamentação estatal para esvaziar o poder familiar, o cenário brasileiro de hoje ainda encontra ecos de um passado em que o domínio familiar sujeitava corpos a um modo próprio, em que a criadagem era considerada “gente de casa”, em que os afetos e sentimentos dos serviçais privava-os da condição de assalariados detentores de direitos.

Em relação ao trabalho doméstico, a história do Direito do Trabalho nos mostra um caminho, fruto de luta popular, de certo avanço do controle estatal na diminuição do poder patronal e de reconhecimento ampliativo dos direitos aos trabalhadores. Assim foi com a legislação dos anos 1940, a lei do emprego doméstico de 1972, a Constituição de 1988 e a lei de 2015. Ainda assim, esse ramo jurídico não foi suficiente para eliminar a herança cultural que, ao especificar a relação doméstica como singular, inferioriza seus trabalhadores e seus direitos.

A chamada “cidadania regulada”, como observou o trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos (1987), aparece e se desenvolve no Brasil impondo a diferenciação entre trabalhadores. Ela segrega o mundo do trabalho entre corpos que serão e que não serão objeto de proteção em um sentido mínimo de cidadania, o sentido provocativo da existência possível, ou o serão em níveis e estratos diferenciados, por clivagens que perpassam por questões diversas, representadas em normas coletivas distintas, estatutos diferentes, códigos múltiplos, acesso à justiça em densidades díspares. Essas condições reais e normativas que não absorvem toda a classe trabalhadora, ou que operam na sua distinção interna, agravam a inferiorização e subalternização de muitos que já são excluídos, reforçando a

sua invisibilidade, discriminação e ódio direcionados a uma multidão de corpos. Os corpos domésticos sempre foram corpos sub-representados no padrão normativo de cidadania regulada no Brasil. Não bastasse um estatuto legal rebaixado (o que apenas foi contornado pela recente Emenda Constitucional n. 72 de 2013), as trabalhadoras domésticas estão ameaçadas com a retirada de muitos dos seus direitos na quadra histórica, neoliberal e autoritária, recente.

Em meio à configuração do direito do trabalho, avanços e recuos normativos, o campo social jamais se viu desatrelado da luta por direitos, das tensões da luta de classes e das disputas pelas narrativas do fazer dos que trabalham. A pauta da entrevista que se segue, com a líder sindical Nair Jane de Castro Lima, hoje com 88 anos, é paradigmática no sentido de alinhar trajetórias de vida, experiências coletivas e conflitos pelo direito na segunda metade do século passado até os dias atuais.

Hoje vice-presidente do sindicato da categoria na Baixada Fluminense, Nair Jane, como prefere ser chamada, nos concedeu essa entrevista no dia 14 de novembro de 2020 em sua casa.

Mulher negra, trabalhadora doméstica aposentada e ainda atuante líder sindical, definiu a legislação das domésticas como uma “colcha de retalhos”, em que cada fragmento, cada ponto de costura e cada remendo não se fissuram da luta social. Na década de 1970, quando militante da Juventude Operária Católica, presidiu a Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro. Após, participou de sua transformação em sindicato, do qual se tornou a primeira presidenta em 1988, e participou ativamente na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi uma das fundadoras da Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), em 1988, por meio de uma rede de mulheres trabalhadoras domésticas que mobilizaram um espectro de atuação mais largo, em termos internacionais, refletindo práticas e esforços daquilo que Angela Davis (2018) denominou e refletiu como “solidariedade transnacional”. Além disso, foi uma das

fundadoras do sindicato da categoria na Baixada Fluminense, onde atualmente ocupa o cargo de vice-diretora. Em 2003, recebeu o Prêmio Bertha Lutz, do Senado Federal, e em 2019 foi homenageada com o “Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro”, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Como ocorre com milhões de mulheres negras, Nair Jane começou a trabalhar em “casa de família” quando ainda era criança, em troca de comida e de um quarto, denunciando, por meio de sua trajetória, o caráter servil idealizado nas relações entre famílias empregadoras e as empregadas. O percurso de Nair engendra de muitas maneiras os traços identificados por Lelia González quanto à situação da mulher negra e doméstica no país: ao trabalhar junto às famílias de classes média e alta da formação social brasileira, ela sofre um processo de “reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares” (González, 2018:44-45).

A fala de Nair Jane, em sua potência de vida, percorre por grande parte do processo de afirmação e expressão do movimento nacional de trabalhadoras domésticas, desde as associações até os atuais sindicatos, desde a ditadura até a democratização. Ao explorar sua própria agência, Nair nos convida a refletir sobre como as relações de trabalho se mantêm e se transformam, mas nunca sem resistências daqueles que fazem o mundo do trabalho.

Ao longo da entrevista, fica clara a insurgência da mulher sindicalista contra uma CLT que excluiu as domésticas de sua abrangência e contra uma realidade absorvida pela precariedade no mundo da vida concreta. Essa mesma realidade de um mundo do trabalho forjado também por marcadores de classe, raça, gênero e geração, por um campo de forças assimétricas de poder, apesar dos avanços na legislação nos últimos anos.

No entrecruzar de casas, lugares de trabalho e de vida, a trajetória de Nair Jane se fez também na luta por outras leis que dessem outros sentidos de experiência à vida no trabalho, a dela e a de milhões de brasileiras.

\* \* \*

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, sobre a sua história, a senhora poderia nos falar um pouco das suas origens?

**Nair Jane de Castro Lima** - Meu nome é Nair Jane de Castro Lima, eu sou originária do Maranhão, da cidade de Imperatriz, estou no Rio de Janeiro há uns setenta e poucos anos, mas me considero maranhense. Nasci em 1932, tenho 88 anos. Sou negra e comecei a trabalhar exatamente com nove anos de idade. Antes desses nove anos, eu já brincava com as crianças, pois no orfanato onde eu estava tinha muita criança, a gente vivia ali. Eu não esqueço da minha “meninice”, eu era muito peralta. Depois, alguém me trouxe para o Rio de Janeiro – para a Tijuca, com nove anos, para cuidar de duas crianças, uma de seis e outra de cinco anos. Fiquei nesse trabalho durante onze anos e tudo o que eu aprendi na minha vida foi nessa casa.

**Victor Hugo C. Boson** - E como era o trabalho nessa casa?

**Nair Jane de Castro Lima** - Era uma casa onde eu não tinha salário, como não tinha ninguém do meu tamanho, tinham que me levar para as lojas para escolher as roupas porque eu não podia vestir as dos meus patrões. Lá eles me matricularam em uma escola e eu estudei até o último ano do ginásio, tinha quatorze anos quando terminei. Foi uma correria, fiz uma admissão em menos de um ano e nunca repeti. Eu tinha sorte porque meus patrões nunca interferiram no meu trabalho, eles sempre diziam para as crianças: “Vocês têm alguém que cuida de vocês, só não pode bater, mas o resto... põe de castigo, eu não quero saber porquê”. Nesse tempo, eu fui aprendendo. Eu era criança e no sábado meu patrão parava para ver os cadernos dos filhos e via os meus também, com isso, fui me aperfeiçoando, aprendendo. Quando eu já estava lá há onze anos, as crianças já tinham crescido e meu trabalho era acompanhá-las nos clubes, minha patroa propôs que eu passasse a dirigir a casa. Só que ela tinha uma empregada, uma

cozinheira, que foi para a casa dela quando ela se casou, na noite de núpcias. E eu falei: “A senhora está doida? Eu vou dirigir a sua casa com a Totonha? Com aquele facão que ela usa lá na cozinha, nessa casa só entra quem ela quer... Não, eu quero continuar amiga de todo mundo, inclusive dela”. Tinha um médico da família, que também cuidava de mim – Dr. Orlando, não me recordo o sobrenome –, que se propôs a me ajudar a arrumar um outro emprego e arranhou através de uma agência. Antes eu estava em uma casa de gente católica, me formei catequista, fiz primeiros socorros. Eu ainda tocava piano, do que eu gostava e continuo gostando, só que eu não tenho... Com o novo emprego, eu fui para uma casa de israelitas e todo mundo dizia pra mim: “Olha, os israelitas são ruins. Cuidado, você é negra. Olha lá, você vai cuidar de meninos brancos”. Eu respondia: “Mas eu cuidei de meninos brancos até agora, eu não cuidei de negros, eu cuidei de brancos”. Eu me formei catequista e dava aula para toda a cor, branco, negro, pardo, não tinha esse problema não, e ainda era cantora do coro da igreja. Mas nessa casa eu tomava conta de dois, tinha tempo para fazer tudo isso. A casa era no Leblon e para cuidar de um menino. Às vezes não tinha tempo para entrar no banheiro. Como não conhecia a criança, perguntei: “Cadê o menino?”. Aí a patroa respondeu: “Está em Bariloche... Chega não sei quantos dias, daqui a pouco”. Na segunda-feira, quando eu fui trabalhar, a patroa havia viajado. Ela tinha uma cozinheira também antiga, não era tão antiga como a Totonha, mas também era antiga na casa, que disse pra mim assim: “Ali está uma passagem para você ir buscar o seu trabalho”. Eu disse: “Como é que é?”. E ela: “A patroa viajou e deixou uma passagem para você ir buscar o menino lá em Bariloche”. Então, eu falei: “A sua patroa regula bem da cabeça? Eu estou entrando no trabalho hoje e ela não me conhece”. Mas a colega disse: “Você que pensa que ela não te conhece. Para você entrar aqui foi uma pesquisa muito grande”.

**Victor Hugo C. Boson** - E foi então para Bariloche?

**Nair Jane de Castro Lima** - Lá fui eu para Bariloche. Conheci o menino, conheci a família dele, os que eram parentes deles, com quem o garoto

estava. Eles tinham um casal de filhos diferentes, e eu fiquei vinte e dois dias em Bariloche com eles. Depois, voltamos para o Brasil. Chegamos aqui, o patrão não estava, fomos para Teresópolis, onde eles tinham um sítio bonito. Fiquei lá e a cozinheira da casa disse para mim: “Você só pode cuidar do seu menino”. Aí eu disse “Ai, meu Deus, que coisa horrível, só cuidar do meu? Mas as outras crianças não têm babá. Vou fazer lanche para o Daniel e deixar os outros dois olhando? Não...”. A cozinheira disse: “Ah, mas a madame vai brigar com você”. Eu disse a ela o seguinte: “Bom, quando ela vier brigar comigo, a gente conversa”. Então, fiquei. Nessa família, tinha também a avó que não gostava de barulho à tarde, pois gostava de dormir. Então, à tarde, eu ia brincar de chicotinho queimado com os três no quintal. Tinha um quintal imenso, a gente fazia tiro ao alvo, fazia tudo que era possível, tudo coisa de criança... Eu já não era mais criança, mas entrava na deles. Um dia a cozinheira falou para mim: “Olha, a senhora vai reclamar com você. Você não parece empregada não, você gosta de tudo...”. Eu disse a ela: “Quando ela me procurar, a gente conversa. E olha, é isso mesmo, eu sou empregada, eu não sou escrava. Sei que no Brasil teve escravidão, mas eu me sinto livre, então livre eu posso dialogar, eu posso conversar”. Então, um dia, a senhora perguntou para mim: “Posso brincar com vocês?” – essa senhora que a outra empregada disse que ia brigar comigo. Eu disse “Ah! Que bom, então vamos nós duas! Nós duas somos grandes e eles pequenos”, para não dizer que ela era velha. “Nós duas grandes e as crianças. Vamos ficar nós e eles”. Olha, foi uma amizade só, uma maravilha, até que Deus a levou, mas foi muito bom. Minha patroa regressou lá da viagem dela, ficou chocada com a história que eu tinha misturado o filho dela com os primos. Mas eles são primos! Tem um episódio esquisito que as crianças só entravam no carro se eu entrasse. Ah, meu Deus, que horror. Eu ganhei uma semana de folga e tive que esperar todo mundo dormir para o motorista me levar para a casa da família que me adotou, onde moro hoje, para poder sair deles porque durante o dia eu não podia, quando viam a minha mala, começava todo mundo a chorar. A mãe, essas israelitas bem ortodoxas, dizia

assim: “Nunca vi meu filho chorar por causa de empregada”. Mas eu não respondia nada. Fiquei em casa quinze dias, voltei. Quando voltei fizeram uma festa. E eles tinham um belo de um sítio lá em Teresópolis, que a gente também ia, lá tinha caseiros e foi um período bom. Quando eles viajavam, eles me levavam porque o menino era pequeno, então eu fui para Israel, fui para Alemanha, fui para Bélgica, porque minha patroa era alemã, meu patrão era belga. Olha, corri o mundo.

**Victor Hugo C. Boson** - A essa altura já havia a inserção na associação das trabalhadoras domésticas?

**Nair Jane de Castro Lima** - Nesse tempo eu não era nada nas organizações de empregadas domésticas, conhecia só as coisas da Igreja Católica, onde eu militava muito porque era catequista. E nesse meu trabalho, a única coisa que eu disse para a patroa: “Eu sou católica, tenho as missas ao domingo, o domingo que eu estiver em sua casa, quero ir à missa. E sou catequista, então se tiver uma oportunidade...”. Como a Igreja era pertinho, era uma maravilha. Eu ficava no paraíso, andava 50 metros, estava na Igreja, andava 50 metros, estava no apartamento. E nessa a gente já tinha ido Copacabana, Leblon, Visconde de Mauá – era onde ela tinha uma pousada, e era tudo um paraíso.

**Victor Hugo C. Boson** - Quantos anos nesse emprego?

**Nair Jane de Castro Lima** - Nessa casa, sabe quantos aninhos eu fiquei nessa casa? Trinta e sete.

**Victor Hugo C. Boson** - Foi então durante esse período que começou a atuar nas associações...

**Nair Jane de Castro Lima** - Quando, em 1970, eu estava uma vez caminhando em Copacabana, andando com o menino, vi um papel caído na rua, escrito o seguinte: “minha patroa é a mais bonita”. Eu peguei aquele panfleto e li que tinha uma associação de empregadas domésticas no Rio de Janeiro que estava fazendo um concurso com Flávio Cavalcante, que era da TV Tupi, que elegia a patroa mais bonita. Quando eu cheguei no trabalho, passei por minha patroa: “Olha, eu vou botar o menino para dormir e vou lá

na biblioteca de Copacabana que tem um negócio lá que eu quero conhecer”. Ela disse: “Que negócio?”. Eu só disse: “Ah, quando eu voltar, conto para a senhora”. Mentira que eu não ia contar, né. Botei o menino para dormir. Se ele não acorda, não tem problema, e como ele já tinha cinco anos, não acordava. Deixei ele no quarto e fui para o tal do concurso. Cheguei lá e foi aquele mundo de luz na minha cara. Todo mundo admirado: “Como você chegou até aqui?”. Respondi a eles que tinha achado um papel na rua e fui conhecer o espaço. Assisti à eleição, assisti à apuração, me convidaram para conhecer a associação. A associação era um quartinho ali na Álvaro Ramos, em Botafogo. Eu fui, mal cabia meu pé porque era tão pequeno o espaço e tinha muita gente.

**Victor Hugo C. Boson** - Então a senhora chega por um anúncio dessa associação...

**Nair Jane de Castro Lima** - Eu cheguei na associação por um anúncio. Conheci a cúpula. Era uma cúpula mesmo. A gente chamava a direção da associação de “as capas pretas”. Tinha a Teresinha Ramos, tinha a Maria da Hora, que ainda está viva e a gente ainda se dá muito bem. E tinha as outras meninas que nunca mais tive contato com depois que saíram da direção da associação. Nisso aí já estava chegando 1973. Em 1972, tinha uma assistente social que ajudava a gente e uma professora da Bélgica que vinha muito ao Brasil e era muito amiga dessa assistente social que trabalhava no Banco da Previdência e ajudava muito a associação das domésticas. O pessoal falou: “Ah! Que bom, nós precisamos resolver um negócio”. A menina que tinha fundado a associação profissional de empregadas domésticas tinha chegado muito chocada na associação, no domingo à tarde, contando uma história que havia passado na porta da Igreja São Paulo Apóstolo, em Copacabana. Ela contou que, à meia-noite, viu uma senhora com uma mala, uma senhora bem velha, e ela chegou perto para perguntar por que aquela senhora estava na porta da Igreja. E a senhora respondeu: “Porque minha patroa me mandou embora depois de trinta e oito anos na casa”. Imagina uma velha, trinta e oito anos de

trabalho, está na rua, de mala e cuia, porque a patroa se indispôs com ela de noite. Então, a fundadora disse: “A gente tem que resolver uma coisa”. O Médici era o presidente da República, em plena ditadura militar, o que a gente poderia fazer? Veio aí a nossa ideia. A gente estava conversando e decidimos fazer uma carta para ele, para ver se resolvia alguma coisa para a doméstica, como dar um honorário de trabalho, pois não se pode colocar na rua assim. Mandamos a carta em agosto. Passou agosto, passou setembro, outubro, novembro, ele não respondeu. Que pena, né?! Quando estava quase chegando perto do Natal, meu patrão diz assim: “Ô moça, você viu televisão ontem?”, “Não, eu não vi televisão porque eu estava servindo seu jantar”. Na casa que eu trabalhava tinha bastante funcionários, mas eu era a única que dormia. Como eles não tinham horário de jantar, quem servia o jantar era eu e eu disse “Não, senhor, eu estava servindo seu jantar, que por sinal nesta noite estava no horário da televisão”. Ele falou “Ah, pois é. É porque na televisão disse que vocês que trabalham” – não falou empregada, não – “Vocês que trabalham nas nossas casas vão ter direito a vinte dias de férias, carteira assinada e mais vinte dias de férias úteis, mas você sabe que eu deixei vocês ficarem em casa todo ano trinta dias, né?”. Eu disse “Sim, e daí?”, “Daí que não”, “Por quê?”, “Olha, vinte dias úteis você pode contar aí que vai dar mais de trinta”. Ele contou. E eu disse: “Não vai entrar sábado, não vai entrar domingo, não vai entrar feriado. Tá bom? Então o senhor faça as contas aí que vai dar mais de trinta dias”. “Outro problema, as carteiras eu só vou assinar a sua”, eu falei “Ah não, o senhor vai assinar as carteiras de todo mundo”, “Mas eu não vou pagar INPS”. Não era INSS não, era INPS. “Então vai para lá fazer as inscrições”, eu falei “Vou”. Ele assinou as carteiras, lá em Botafogo. Eu fiz a inscrição de todas nós, entreguei para ele, ele assinou. Estava tudo certo. Todo fim de mês ele me dava um dinheiro para ir ao banco pagar o INPS. Então eu ia no INPS todo mês pagar. Mas era uma coisa muito boa, ele nunca deixou de pagar. A minha carteira só tem a assinatura deles, eles assinaram minha carteira em 1973, no dia 8 de abril de 1973.

**Victor Hugo C. Boson** - E a senhora já trabalhava há quase 50 anos...

**Nair Jane de Castro Lima** - Na casa, quatorze anos. Eu já estava na casa havia quatorze anos quando veio a primeira lei das domésticas, em 1973.

**Victor Hugo C. Boson** - Sim. Nessa casa, quatorze, além das outras experiências anteriores somadas...

**Nair Jane de Castro Lima** - Exatamente. E nessa época também eu já estava sendo candidata à presidência da associação das empregadas domésticas. Conversei com eles. Disseram: “Tudo bem, desde que você esteja aqui na hora que eu precisar de você, está tudo bem”. Porque o menino já estava grande, já estava morando sozinho lá na Austrália e eu aqui no Brasil. Porém, ainda tinha a avó, que dizia “agora você é minha, porque o menino foi embora, então agora você é minha, fica comigo”. Eu disse: “Pois é, eu sempre dirigi essa casa e esse apartamento; agora também vou cuidar da senhora”. Aceitei e aceitei o cargo lá na associação, caso eu fosse eleita.

**Victor Hugo C. Boson** - E qual foi a reação deles com seu envolvimento na associação, na vida associacionista das domésticas, a reação dos patrões?

**Nair Jane de Castro Lima** - Uma coisa muito interessante é que eu tive apoio total, sem discussão, só com essa frase: “quando eu precisar de você, você tem que estar aqui, não tem problema nenhum”. E na associação eu fui eleita presidenta. Nossa, tinha muito trabalho, muita coisa para ser organizada, congresso sendo organizado, congresso das trabalhadoras domésticas no ano em que eu fui eleita. O congresso foi em Santa Tereza, e eu me lembro que o Jornal do Brasil ficou em cima, porque todo mundo queria dar entrevista, menos eu. Na realidade, eu não conhecia direito a organização, como é que eu ia dar entrevista, em plena ditadura militar? Mas eu tinha umas irmãs de caridade, tinha aquela assistente social, tinha outra colega que morava no Recife e morreu no ano passado. Eu não sabia o que falar, mas falei e me saí bem.

**Victor Hugo C. Boson** - E as reuniões aconteciam normalmente durante a ditadura?

**Nair Jane de Castro Lima** - A gente tinha muita amizade com o pessoal da Igreja Católica, e eu vou te dizer, acho que a sobrevivência da organização das domésticas foi mais por isso. Porque a gente fazia reunião nas igrejas, fazia reunião nos colégios, Sacré-Coeur de Marie, em Copacabana, lá na Nossa Senhora da Paz, sem problemas. O Padre Agostinho Preto, na época, era aqui da Baixada, acompanhava muito a gente porque ele era muito amigo da associação. Ele ajudava muito a gente. Então tivemos muitos advogados, pareciam que eles eram realmente só da categoria de domésticas. Foi muito bom, foi um período de aprendizado muito grande para a vida da gente, de trabalho e pessoal.

**Victor Hugo C. Boson** - A senhora se lembra de alguma advogada ou de algum advogado em específico?

**Nair Jane de Castro Lima** - Eu me lembro de uma que, infelizmente, não está mais conosco. Não me lembro o nome, acho que era Doutora Margarida Santos. Era excelente advogada e muito amiga da gente. Tinha também uma advogada que ficou na associação e no sindicato, doutora Cláudia. Ela foi embora para São Paulo, mas morava na Barra. Ela foi nossa advogada, uma defensora ferrenha, como hoje ainda tem no sindicato advogados assim. A Doutora Paola, que ainda está lá no sindicato do Rio, foi para lá acho que em 1991 ou 1992, eu saí de lá e ela continuou. Até dois anos atrás eu sei que ela estava ainda advogando lá.

**Victor Hugo C. Boson** - A senhora conseguiria enfatizar, destacando, as pautas jurídicas mais sensíveis para a categoria no momento de sua participação na associação?

**Nair Jane de Castro Lima** - Nesse período da associação, a gente ficou lutando, todo mundo ficou muito eufórico com a carteira assinada e com férias de vinte dias. Para quem não tinha férias, realmente foi muito bom, mas eram vinte dias úteis. Antes, tinha feriado e a gente estava no trabalho, sábado e domingo estávamos ali. Com a lei, a gente estava feliz. É interessante uma coisa: as carteiras assinadas tinham que estar com os salários. Quando Fernando Henrique Cardoso instituiu o fundo de garantia

para a doméstica, no final do texto da lei, ele colocou “facultativo”. Também assim era o salário da doméstica em 1973. Quando a carteira foi assinada, o patrão tinha que colocar para pagar o INSS em cima desse valor. Mas não precisava pagar esse valor em dinheiro para a empregada. A gente, graças a Deus, ganhava um pouco mais, as meninas que trabalhavam junto comigo também ganhavam bem mais, então a gente não tinha problema. Mas eram seis. E essa multidão de domésticas no Brasil ganhando muito menos que o necessário? Como hoje eu estou nessa situação, ganhando o mínimo do mínimo. Me aposentei com três salários mínimos e meio e hoje ganho menos de um por causa de uma cláusula boba que eu fiz e agora não consigo reverter. Nesse período, a gente teve o congresso em Belo Horizonte, em 1978. Um congresso muito grande, com muitas autoridades presentes, como o ministro do trabalho, aquela encenação toda. Isso foi em 1978. Em 1979, recebi meu primeiro convite para representar a associação das domésticas em Brasília. Erámos eu do Rio, uma amiga de São Paulo, a presidente da associação, de Belo Horizonte, uma do Paraná e uma do Espírito Santo. Nós ficamos três dias em Brasília, foi a minha terceira ida a Brasília, porque fui na inauguração e depois fui de novo porque eu era amiga da babá da filha do Juscelino Kubitschek e, quando da inauguração de Capital, fui convidada com ela para lá.

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, como era circular em Brasília? Um ambiente altamente conservador, composto por homens, como a senhora lidava com essa situação?

**Nair Jane de Castro Lima** - Olha só, acho que sou muito audaciosa. Eu não sei não, porque entrava em tudo que era lugar, conversava com todo mundo, dava as minhas respostas. Não sei se na época agradavam ou não, mas eu recebia um sorriso amarelo, uma batidinha no ombro e seguia em frente. Não tive problema, ainda mais que eu estava na residência oficial. A primeira residência do Presidente da República, eu estava ali na ala sul, ala norte, sei lá como é que eles chamam, tantas alas. Eu estava ali, então era muito bajulada, não era assim como eles achavam “ah, coitadinha, então

deixa aí”. Foi um período muito bom. Depois começaram os convites dos estados. Com isso, o problema no trabalho, aquela palavra “você pode fazer o que você quiser, mas tem que estar aqui quando eu precisar” começou a complicar. Porque era muito jornalista, era muita imprensa e, por incrível que pareça, quando a patroa atendia a telefonemas de imprensa, ela me chamava correndo, mas, quando atendia telefone de amigas, ela dizia “ah, ela tá muito ocupada agora, pode atender não”.

**Victor Hugo C. Boson** - Como a senhora lê essa diferenciação por parte dela?

**Nair Jane de Castro Lima** - A discriminação. Mas todo mundo achava que ela era uma patroa muito boa porque a imprensa dizia “olha, mas a gente liga para lá e não tem problema, a gente vai lá fazer entrevista com a Nair e não tem problema”.

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, voltando a 1973, a senhora consegue se lembrar dos nomes das envolvidas com a Carta ao Médici?

**Nair Jane de Castro Lima** - A gente começou a brigar por causa da carteira assinada com aquele salário que ganhava, conseguimos reverter. Depois, em 1985, eu fui vice-presidente da moça que fez a carta. Todo mundo diz “a lei chegou”, mas ninguém diz o nome dela, eu digo “precisa dizer que foi uma empregada que trabalhou 50 anos em uma casa e foi que resolveu que tinha que ter uma organização das domésticas e foi ela que deu início para que viesse uma lei – Odete Maria da Conceição”. Essa quem foi a fundadora da associação de empregadas domésticas do Rio de Janeiro e também a que teve a ideia de fazer a carta para o presidente Médici em 1973.

**Victor Hugo C. Boson** - Depois disso que vem a Maria da Hora?

**Nair Jane de Castro Lima** - Não, a Maria da Hora saiu da associação. Fui secretária dela, secretária da associação, em 1973, e saí da associação em 1988, quando fui eleita. Quando terminou o processo de transformar a associação em sindicato, eu era presidenta de novo. Então eu tinha ganho da

Vica, Nazir Maria de Oliveira, que hoje é pedagoga e assistente social, mas era diarista na época. Muito importante isso para a gente.

**Victor Hugo C. Boson** - É, e seria importante registrarmos a atuação dessas mulheres...

**Nair Jane de Castro Lima** - Sim. Ela mora na zona oeste. Uma pessoa muito instruída – é mais nova que eu um ano –, depois que ela ficou velha, fez duas faculdades. Fez Pedagogia e Assistência Social pela PUC, terminou a Assistência Social um ano atrás. Então hoje está muito bem, graças a Deus. Ela não perde as origens não, está sempre conosco, sempre nos orientando em alguma coisa que ela acha que não está correto. É muito bom. Em 1985, começou a luta pela criação do conselho dos direitos da mulher do Rio de Janeiro. Lá fui eu, empregada doméstica que já tinha terminado meu curso de auxiliar de enfermagem, mas continuava doméstica, e me juntei àquela turma de feministas, como a Jacqueline Pitanguy, a Leila Linhares, a Moema Toscano, a Branca Moreira Alves, e a gente conseguiu fundar o conselho estadual dos direitos da mulher, do qual eu também fiz parte, durante uns doze ou quatorze anos, e hoje ainda sou membro da comissão da segurança dos direitos da mulher, a comissão da segurança contra a violência da mulher, do conselho estadual. Eu não sou mais do conselho estadual, sou do conselho municipal de Nova Iguaçu, estou vice-presidenta do conselho estadual do direito da mulher de Nova Iguaçu e também do meu sindicato de empregadas domésticas. E não quero mais presidência de nada, chega! Foi muito trabalho e agora, que eu caminho de bengala, é muito difícil. Às vezes você precisa correr, eu não consigo mais correr, mas vou. Quando a Jacqueline e a Leila me convocam para a SEPIA, estou chegando lá, porque também é outra parceria que parece família. Muito boa, pessoal muito amigo. Entrei para o conselho, veio a Constituinte. Era Brasília e Rio de Janeiro. Eu cheguei para a minha patroa e disse “Olha, eu vou propor uma coisa para a senhora”, ela disse “O que é?”, “Eu tenho que viajar um pouco mais agora”, ela disse “Um pouco mais? Você já trabalha menos de quinze dias”, “Bom, aí a senhora vai decidir. Eu tenho que ir para Brasília,

porque nós estamos lutando para a doméstica entrar na Constituinte, na Constituição”, “Tá bom, eu te dou o tempo que você precisa ir para lá”. E assim eu fui, pegava assim umas dez, doze companheiras empregadas domésticas e diaristas, íamos para Brasília. Tínhamos muito apoio da Jacqueline, quando ela era presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, lá em Brasília, da Benedita da Silva e da Ana Maria Rattes, que era da direita, mas estava também junto com a gente.

**Victor Hugo C. Boson** - Sim, ela era do PMDB à época...

**Nair Jane de Castro Lima** - É, pois é. Era mulher, então estava ali. A gente teve “essa coisa” de viajar para Brasília, meu Deus do céu, que luta! Que luta! Porque a gente ficava naquele congresso, primeiro era uma luta para entrar, depois eles ficavam fazendo jogo, aquele que já morreu. Ele era o presidente da sessão, na hora que ia entrar o debate sobre as domésticas, ele invertia, e a gente saía dali geralmente três, quatro horas da manhã, e nada resolvido. Até que uma manhã chegamos no congresso e não tinha ninguém, levamos um susto, ficamos caminhando, caminhando, e alguém atrás de nós “Quê que vocês procuram?”, “Nós saímos 3:30h daqui”, ele respondeu “Vocês são o quê, empregadas domésticas? Eles cochilaram e votaram tudo o que vocês queriam”. Eu disse: “Tudo o que nós queríamos?”. Ele disse: “Sim”. Então fui batendo nas lideranças e estavam as salas todas fechadas, só tinha o escritório do PT que estava aberto e uma menina lá. Eu perguntei a ela o que havia acontecido, onde estava a Bené [Benedita da Silva]. Ela disse “A Bené viajou”. Eu disse, “Mas como? Tem doméstica hospedada na casa dela. Como ela viajou?”. E eu estava dormindo no Guará, em uma creche, em uns papelões, porque não tinha cama, mas estava bem.

**Victor Hugo C. Boson** - A Benedita da Silva chegou, então, a hospedar lideranças em sua casa?

**Nair Jane de Castro Lima** - Muitas. Muita gente. O Carlos Santana também, quando estava lá em Brasília, recebia muita gente, ajudava muito, ele morava em uma pousada, então às vezes ficavam três quartos ocupados por empregadas, quando elas iam a Brasília. Nisso eu voltei para o Rio e

continuei o meu trabalho. Depois veio a luta para ver o que tínhamos ganhado ou não. E não foi fácil. Porque foi aquela briga louca. A gente começou a receber aquele mundo de imprensa. Todos queriam saber se estava bom ou se não estava.

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, a senhora chegou também a participar de mobilizações que se articulavam internacionalmente, certo?

**Nair Jane de Castro Lima** - Em 1988, recebi o primeiro convite internacional para ir para a Colômbia. Tinha uma casa de indigenistas que queriam fazer um congresso e fui eu do Rio de Janeiro, foi a Lenira de Carvalho, de Pernambuco, foi a Isabel Cleto, de São Paulo, e a Eva Moraes, do Rio Grande do Sul. Éramos quatro representantes do Brasil, e a saída do Rio foi a que não aceitássemos cargos porque não saberíamos como fazer, principalmente por causa do idioma. Lá em Bogotá estava muito cheio, tinha uns quinze países presentes, estando lá, a gente sabia que eles estavam criando uma organização latino-americana e caribenha, então as meninas me chamaram e disseram: “Nair, parece que vai ter votação, e se uma de nós for eleita, a gente vai aceitar sim. Quando chegar no Brasil, a gente resolve”. Nós fomos e fui eleita secretária de organização da Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO). Todos falavam, “olha, mas você não sabe espanhol...” Voltamos para o Brasil, quando cheguei aqui, os três primeiros anos foram de muita luta, ninguém aceitava muito essa história. Por que não aceitavam? Porque a gente tinha ido representar, mas não tinha ido com a autorização para pegar cargo. Essa senhora, a Odete Azevedo Soares, que era assistente social, tinha feito tantas recomendações, por isso brigou muito, mas nunca me deixou sentada. Quando, no início, eu não conseguia responder nada em português, nem espanhol, nem nada. Ela me dizia como fazer e eu respondia a todos os questionários e propostas que foram feitas e fui reeleita. Quer dizer, fiquei seis anos na confederação, então nós votamos uma representante do Brasil, a menina para quem passei o meu cargo [na reunião da] Guatemala, em 1994, e tinha uma outra que eu levava sempre,

que você deve conhecer bem, que é a Creuza de Oliveira. A Creuza de Oliveira me acompanhou muito, mas quem ficou em meu lugar foi a Teresinha da Silva, lá de Campinas, que hoje também é advogada e era faxineira. Hoje é uma advogada muito atuante lá em Campinas. Ela ficou três anos na Confederação, não quis ficar mais e daí é que entrou a Creusa. E a Creusa já tinha me acompanhado muito dois anos seguidos lá para o Chile, onde fazíamos as nossas reuniões, ela se saiu muito bem e hoje você sabe como ela é... É uma potência...

**Victor Hugo C. Boson** - Como a senhora enxerga a importância dessa participação em associações internacionais naquele período?

**Nair Jane de Castro Lima** - Não tenha dúvida de que foi muito rico. Era difícil? Era, mas foi muito gratificante. Também isso proporcionou a minha ida à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, em 1995. Todo mundo ficou muito preocupado. “Como é que você vai? Você não sabe falar em inglês... você só fala em espanhol e português.”. Eu viajei uma parte do mundo sem falar inglês, só falando o português, mas foi tudo bem. Lá fui eu, não representando o Brasil, mas representando a América Latina, porque eu tinha visitado Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador, tudo para saber como eram as associações das domésticas nesses países. Verifiquei que eram muito sacrificadas, iguais ou piores que no Brasil. Em Quito, então, no Equador, era uma coisa horrorosa de ver a situação da trabalhadora doméstica. O UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres) me bancava na época e eu fui para a China para representar a América Latina, as trabalhadoras domésticas da América Latina. E lá estava Jacqueline Pitanguy, estava Benedita da Silva, estava Ruth Cardoso. A gente se entendeu muito bem, foi muito bom. Foram discussões excelentes. Acho que saí mais fortalecida do que se eu tivesse dito “não, não vou, porque tenho problema com a língua”. No dia da América Latina apresentar os trabalhos, estavam a Mari Castro, a Aida Moreno, a Virginia, do Paraguai, e eu, do Brasil. Todo mundo estava preocupado com quem iria traduzir a nossa fala.

Não sei de onde saiu uma menina negra e disse assim: “Eu vou traduzir tudo”. E ela realmente traduziu. Eles tinham preparado uma sala de cinquenta lugares. Na hora tiveram que arrumar uma sala muito maior, porque a anterior não cabia as pessoas que queriam assistir à apresentação. Foi um marco. Foi um marco também a entrada da Ruth Cardoso na tenda da América Latina, onde o pessoal fez uma mesa linda cheia de violetas com pratos virados de boca para baixo. E o pessoal perguntava: “Qual era o significado daqueles pratos?”. Era o significado da fome na América Latina. Ela entrou com um batalhão de repórteres e no dia seguinte não havia uma palavra da visita dela, por causa dessa resposta que nós demos. Foi muito importante. Retorno ao Brasil e a luta se intensificou. Agora eu pertencia a uma Organização Internacional. Além disso, tem, agora, a OIT, que fez a 189 [Convenção n. 189]. E tem também a última, que ainda não tive conhecimento. Estou procurando. É a que trata sobre a COVID. Eu preciso ler. Tem padrões que concordam que a empregada fique em casa e pagam. Mas não é a maioria, é um número pequeno. E tem muita gente passando muita necessidade. Tem muita gente com muitos problemas. Porque tem criança no meio. A escola não está funcionando. E aí como é que fica essa criançada? Aqui no meu quintal tem, acho, que onze crianças. O meu quintal é um terreno de família. Começa em uma rua e termina na outra. Tudo está aqui. A coisa caminha desse jeito e eu preciso me inteirar um pouco mais [sobre as normas da OIT], porque a pandemia da COVID está muito séria e a gente já perdeu algumas companheiras e muitos amigos.

**Victor Hugo C. Boson** - É uma situação muito difícil, de fato, a que atravessamos agora. E me parece que algumas categorias sentem esses problemas de forma mais intensificada.

**Nair Jane de Castro Lima** - Infelizmente. Deveria ser um período de união, para todo mundo dar as mãos, todo mundo estar unido. Mas não é assim. Vamos ver amanhã com a eleição municipal. Vou assistir e esperar o resultado.

**Victor Hugo C. Boson** - Sim. A senhora está aqui em Nova Iguaçu há muitos anos?

**Nair Jane de Castro Lima** - Eu moro em Nova Iguaçu já há 60 anos. Só que eu morava mais no meu emprego do que aqui. Aqui eu vinha só para fazer visita. Moro na casa que era da minha avó. A minha avó era nortista, da Paraíba. Desde 1995, estou direto aqui e sou vice-presidenta do Sindicato das Empregadas Domésticas de Nova Iguaçu. Você sempre tem que lembrar de quem você é, da sua origem. Às vezes as pessoas diziam pra mim: “Olha, mas você está há 37 anos nessa casa [de empregadores], você já faz parte da família”. Eu dizia “Não, eu tenho salário, eu tenho folgas, eu tenho férias. Da família é quem entra a hora que quer, sai a hora que quer, eu preciso pedir autorização para poder sair”. Não sou da família, é uma família que quero bem, porque eu não poderia ficar em uma casa tantos anos e depois dizer que não gosto da família. Mas eu quero dizer que não podemos nos esquecer de onde viemos e para onde vamos voltar. Porque a gente não vai ficar a vida toda naquelas casas luxuosas, querendo ter o que tem lá, porque não teremos.

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, eu gostaria de retomar um pouco os governos Lula e Dilma e as conquistas de direitos das domésticas promovidas nesse período mais recente da história. A senhora tem, inclusive, uma expressão que eu gosto muito, que é a da “colcha de retalhos”...

**Nair Jane de Castro Lima** - Eu sempre disse para as pessoas que a nossa legislação, a nossa lei, é uma verdadeira “colcha de retalhos”. Ela vem de 1972, com aqueles pedacinhos. Em 2006, quando Lula era presidente da República, a gente tinha muita luta com os advogados, porque a Constituição dizia que nós tínhamos trinta dias de férias e os advogados continuavam dizendo que tínhamos vinte. Nós brigamos muito por isso. O Lula veio e trouxe a Lei número 11.324, de 2006, retroagiu a de 1993, férias de 30 dias corridos. Conta sábado, domingo e feriado, mas pelo menos definiu. Foi importantíssimo para nós essa afirmação do presidente Lula. Eu

acho que foi uma época que eu só queria que tivesse, ele e a Dilma, validado o FGTS. O FGTS de 2001, ainda antes de o Lula assumir, foi criado pelo FHC para domésticas, mas era facultativo. Isso era uma coisa que eu reclamava sempre, como tive muita intimidade com o Lula quando ele era um operário como eu, sempre reclamava isso com ele. Infelizmente não aconteceu, mas foi um período bom, a gente teve muita liberdade, a gente firmou mais os nossos objetivos e a nossa vontade de que tudo que conquistamos permaneça. Hoje eu digo para as pessoas que nós, na nossa época, íamos para Brasília, de Kombi, de ônibus, hoje vai todo mundo de avião. Eu fico muito feliz porque eu ainda estou aqui vendo tudo acontecer. A Cleide, presidente do Sindicato das Domésticas de Nova Iguaçu, está se tornando uma potência, ela já fez vídeo até para a Universidade de Santa Cruz lá na Califórnia. A Cleide Pinto está se saindo muito bem. Mas quando eu falo da “colcha de retalhos” é porque vieram pedacinhos de legislações até essa de agora, a [Convenção] 189 de Genebra. Então por isso eu quero dizer: foi luta, muitas já não estão mais aqui. Mas quem está, eu, Lenira e Eva Moraes, que acompanhamos isso desde a criação das associações até o ato sindical, nós entramos no Partido dos Trabalhadores. Foi um partido que a gente lutou para que acontecesse, uma Central Única de Trabalhadores, que a gente lutou para que acontecesse, da qual também fui diretora um período.

**Victor Hugo C. Boson** - Esse é um ponto que eu gostaria de explorar um pouco mais. Como se dava a relação das domésticas com as centrais no surgimento delas?

**Nair Jane de Castro Lima** - Nós fomos fundadores da CUT. O projeto era, como o próprio nome diz, de uma Central Única dos Trabalhadores. Só que, com o passar dos anos, foram surgindo outras centrais. E eu sempre me questionava sobre o nome da CUT. A gente achava que deveria ter um outro nome. Mas a CUT é que é a nossa central. Basicamente todos os sindicatos das empregadas domésticas são filiados à CUT. Hoje, inclusive, a diretora do meu sindicato é diretora da CUT do Rio de Janeiro, a Cleide. Só tem dois sindicatos no Brasil que não se filiaram à CUT. Um é filiado à CGT, e o

outro eu não sei se é filiado a alguma central. Com a CUT nós sempre tivemos um relacionamento muito bom, a gente participa de todos os seminários e congressos. Eu participei no ano passado do 13º CONCURT, que foi muito interessante. E assim é o Brasil inteiro. Minas Gerais é que eu não tenho contato, a gente tem muito contato com o sindicato de Juiz de Fora, que não se tornou nunca um sindicato, continua associação profissional, mas que tem muita presença. Eles estão sempre juntos.

**Victor Hugo C. Boson** - A senhora sabe o motivo para eles não terem se “transformado” em sindicato?

**Nair Jane de Castro Lima** - Eles não dão explicações. Eles dizem que estão bem assim, que podem participar de tudo. E eu acho que a associação tem menos responsabilidades. Se bem que eu me lembro que na associação profissional das domésticas do Rio de Janeiro a gente não tinha pouca responsabilidade, não. A gente tinha muita responsabilidade... É muito curioso isso. No último congresso que a gente fez aqui no Rio de Janeiro, vieram umas três associações. Juiz de Fora foi uma delas.

**Victor Hugo C. Boson** - Se pudermos voltar à questão das centrais...

**Nair Jane de Castro Lima** - Uma pessoa que eu admirei muito é a Isabel Picaluga. Época da ditadura, época da criação da Central Única dos Trabalhadores. E ela estava ali como uma professora, como uma mãe, do lado da gente nos orientando “isso pode e isso não pode; isso deve e isso não deve; por favor, não deslize para vocês escorregarem e depois não conseguirem se levantar”. A Izabel Fontenelle Picaluga, a Ângela Borba e a Heloneida Studart foram pessoas que estiveram sempre nos fundamentando o que podíamos e o que não podíamos na política. Para mim, a Central Única dos Trabalhadores, com isso, deu um suporte no nosso trabalho e na nossa luta. Porém, a doméstica nunca tinha tempo para estar nas mobilizações e nas greves, porque ela nunca sai da casa do patrão. Eu dizia que enquanto uma mulher, para se promover e para se empoderar, permitir que outra mulher fique na casa para cuidar dos outros, não se tem liberdade. As feministas ficavam loucas quando eu dizia isso, mas é uma realidade. O

trabalhador tem seus horários, já a doméstica trabalha cada uma em um pedaço. Não tem como recusar. Belo Horizonte nos deu uma lição que não foi copiada. Tinha um prédio em Belo Horizonte de dezesseis andares ou de vinte andares. Um dia o elevador das empregadas domésticas enguiçou e a síndica não permitia que nenhuma empregada doméstica entrasse no elevador social. Então, algumas corajosas sentaram na portaria e não deixaram nenhuma colega subir de escada. Então a síndica desceu e perguntou: “O que é isso aqui na portaria, esse auê?”. E elas responderam: “Vai ter auê, porque ninguém vai subir pra chegar lá em cima e ter que trabalhar. E a gente já chega cansada porque leva duas horas nas conduções”. E então foi muito interessante porque ela permitiu que as empregadas subissem no elevador social, mas essa coisa não pegou no Brasil, foi só lá em Belo Horizonte.

**Victor Hugo C. Boson** - Nair, e como é olhar para 2020?

**Nair Jane de Castro Lima** - Nessa pandemia que nós estamos, eu espero que as pessoas se fortaleçam mais. Se unam mais. Se tornem mais amigas umas das outras. E na luta por direitos, ser firme nas decisões. Hoje a gente pode e deve discutir: posições, direitos, tudo o que você quiser, dentro dos limites. Com mais conhecimento e mais sentimento de justiça.

## Referências

BRASIL. IPEA. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. 2019.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

GONZÁLEZ, Lelia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

Recebido em janeiro de 2022.

Aprovado em Julho de 2022.